Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
17, 18 e 19 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.204
ISSN 1980-9123

INÊS 249

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

AUXÍLIO BRASIL E A PROTEÇÃO SOCIAL

Identifica-se redução progressiva dos recursos orçamentários.
Por Jucimeri Isolda Silveira, **página 2**

ELEIÇÕES, PRATO CHEIO PARA O CIBERCRIME

Boletos falsos e transações em Pix também serão tendência de golpes.
Por Eduardo Linhares, **página 2**

AMAZÔNIA, RETRATO DO BRASIL

Amplas possibilidades com mercado de carbono e energias renováveis.
Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Um terço da população mundial não tem internet

Meta de inclusão total até 2030 fica mais distante

De acordo com dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), existem 5,3 bilhões de usuários da internet no mundo. No ano passado, havia 3 bilhões de pessoas sem acesso à internet. Este ano, são 2,7 bilhões, cerca de 1/3 da população. Antes da pandemia, o número era de 3,6 bilhões de desconectados ou quase metade da população mundial. Os dados indicam um crescimento menor do que o visto durante o ápice da Covid-19.

Para a UIT, as tendências de queda de usuários se devem à falta de investimentos em infraestrutura e a um novo ímpeto para promover habilidades e conhecimentos digitais. Ele acredita que se nada for feito, a meta para conectar todo o mundo até 2030 não será cumprida.

"O mundo precisa fazer mais investimentos para aumentar o número de pessoas conectadas à internet", apelou o secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações, Houlin Zhao, após a divulgação do relatório da agência da ONU sobre a desaceleração no crescimento de conectividade global.

A África, que permanece sendo a região menos conectada da UIT, teve 13% de crescimento, ano após ano, da penetração de internet. Hoje, 40% dos africanos estão conectados.

Os países árabes mostraram um crescimento robusto, com a internet alcançando 70% da população. Na região da Ásia-Pacífico, a penetração da internet subiu 61% no ano passado passando a 64% este ano. Já as Américas, os Estados Independentes da Commonwealth e a Europa alcançaram 3% de crescimento, com mais de 80% da população na internet em cada região. A Europa permanece a região mais conectada em todo o globo com 89% da população online.

Número de partidos na Câmara deve cair para 15

Dois pesquisadores que acompanham as eleições acreditam que a renovação da Câmara dos Deputados não será alta neste ano. Já as mudanças nas regras eleitorais podem reduzir os partidos com representação na Câmara, dos atuais 23 para cerca de 15, de acordo com a Agência Câmara de Notícias.

Em entrevista ao programa Painel Eletrônico, da Rádio Câmara, o consultor político Antônio Augusto de Queiroz afirmou que a reeleição será alta porque 88% dos 513 deputados atuais, ou 446 parlamentares, são candidatos.

O cientista político Cristiano Noronha previu um perfil de "centro-direita" para a Câmara e a redução do número de partidos, em razão da cláusula de desempenho.

Alternativas para quem pretende investir visando a aposentadoria

Quase metade dos brasileiros não tem reserva garantida

Por Gilmara Santos, *especial para o Monitor*

O Brasil ocupa a penúltima posição no ranking global de aposentadoria, divulgado recentemente pela Natixis Investment Managers. O levantamento, realizado com 44 nações, mostra que o País está à frente apenas da Índia quando o assunto é onde o aposentado vive melhor. Quatro pontos são analisados para essa definição: saúde, finanças, qualidade de vida e bem-estar.

Apesar dessa situação, estudo realizado pela Anbima mostra que 26% dos entrevistados ainda não começaram a fazer reserva para garantir uma velhice melhor; e 22% não pensam na aposentadoria porque não têm dinheiro suficiente para pensar em parar de trabalhar. A sugestão de especialistas é começar a guardar recursos cedo para garantir mais tranquilidade. Neste sentido, há diversas opções de investimentos que garantem alternativas para viver de renda.

"A renda passiva é aquela onde, aplicando os recursos poupados, o investidor consegue gerar uma renda a qual ele não precisa colocar esforço algum para ela ser gerada, ou seja, será gerada passivamente independente do esforço dele. A renda pode ser advinda de dividendos recebidos por empresas que ele investe, ou seja, ações listadas na Bolsa, rendimentos de fundos imobiliários e juros de títulos públicos e privados", explica Guilherme Gentile head de análise da Dividendos.me

Quando se fala em investimentos pensando na aposentadoria, a previdência privada é a primeira opção que vem à cabeça. Guilherme Silva, assessor de investimentos da DOM Investimentos, destaca que a previdência traz alguns benefícios, principalmente tributários, e permite fazer algumas movimentações entre produtos em um único certificado, sendo que nessas movimentações não precisa resgatar valores e, com isso, não precisa pagar imposto sobre ela. "Pode receber todo o recurso de uma única, renda mensal vitalícia, pode ser por prazo certo, onde determina período de tempo para receber recurso na conta ou pode ser temporário", diz.

Os investidores que querem sair da previdência podem optar pelo Tesouro Direto, CDBs, além de fundos de renda fixa, essas opções são muitos seguras e geralmente possui uma boa rentabilidade.

"Ultimamente os fundos imobiliários vêm se destacando quando o assunto é renda passiva, pois são menos voláteis do que as ações, e uma de suas características é o pagamento mensal de dividendos", ensina Fabrício Gonçalvez, CEO da Box Asset Management.

Algumas opções

– Aluguéis: ter imóveis e receber mensalmente aluguéis;

– Fundos Imobiliários: parecido com os aluguéis dos imóveis, porém você consegue obter renda por meio de fundos, onde receberá mensalmente seus rendimentos, sem necessariamente ser proprietário;

– Ações com estratégia de dividendos: Aquisição de ações de empresas boas pagadoras de dividendos e bem fundamentadas;

– Tesouro Direto: considerado um dos investimentos mais seguros do país, o Tesouro Direto oferece uma rentabilidade a longo prazo, sendo recomendado escolher títulos que pagam juros semestrais e usá-los para viver de renda;

– Fundos de investimento com uma boa rentabilidade, taxas baixas, alinhada com uma boa gestão.

Projeto limita em 10% taxa de apps sobre motoristas

O Projeto de Lei 2330/22, apresentado pelo deputado Luis Tibé (Avante-MG), limita a 10% do valor da corrida a taxa que as empresas operadoras de transporte por aplicativos poderão cobrar dos motoristas. O texto também obriga as plataformas a contratar seguro em favor dos prestadores de serviço que preveja indenização por morte, invalidez temporária ou permanente e despesas de assistência médica e suplementares, sem que haja qualquer desconto do beneficiário.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Aplicativos da Câmara Municipal de São Paulo identificou que empresas que administram as plataformas de aplicativos chegam a cobrar 40% sobre os ganhos dos motoristas.

"O fenômeno que alguns chamam de 'uberização' das relações de trabalho transfere responsabilidades do empregador para o empregado", afirmou o autor do projeto à Agência Câmara de Notícias.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Alemanha toma controle de refinaria da russa Rosneft

A Alemanha assumiu o controle de uma grande refinaria de propriedade da petrolífera russa Rosneft, disse o Ministério de Assuntos Econômicos e Ação Climática (BMWK) nesta sexta-feira. A Rosneft Deutschland e a RN Refining & Marketing, duas subsidiárias alemãs da empresa russa, foram colocadas sob a tutela da Federal Network Agency.

A FNA também assumirá a refinaria PCK em Schwedt, de longe o maior fornecedor de combustível da capital do país, Berlim. Até agora, a refinaria PCK foi abastecida com petróleo russo através do oleoduto Druzhba.

A PCK Schwedt emitiu um alerta sobre uma possível escassez, a curto prazo, de petróleo vindo da Rússia após decisão do governo alemão.

A alegação para o desrespeito aos contratos, que permitiu tomar as refinarias, foi a proibição de importação de petróleo russo pela União Europeia (UE) no próximo ano.Com cerca de 12% da capacidade de processamento de petróleo da Alemanha, a Rosneft Deutschland é uma das maiores empresas do país neste setor. A tutela é inicialmente limitada a seis meses. A subsidiária alemã da Gazprom foi colocada sob a tutela da Federal Network Agency no início de abril.

Os preços da eletricidade ao consumidor na maior economia da Europa devem aumentar cerca de 60% em 2023, disse a Associação Alemã de Serviços Públicos Locais (VKU) nesta sexta-feira.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2559
Dólar Turismo	R$ 5,4700
Euro	R$ 5,2659
Iuan	R$ 0,7520
Ouro (gr)	R$ 286,65

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,46%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Ampliação do Auxílio Brasil num contexto de desmonte da proteção social

Por Jucimeri Isolda Silveira

Em julho, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/22. O texto institui estado de emergência no país até o fim do ano, o que significa que os valores orçamentários autorizados pela PEC não precisam estar no limite do teto de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95/16, dentro da chamada "Regra de Ouro" ou de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estão previstos R$ 41,25 bilhões para a expansão do Auxílio Brasil, que passa a ter valor mínimo de R$ 600 para cada família, e do Auxílio Gás, além da criação de auxílios a caminhoneiros e taxistas, a fim de compensar o aumento do preço dos combustíveis.

Com esse dispositivo, será possível ampliar benefícios sociais para a população, o que é um grande paradoxo, já que o Governo Federal vem desmontando o sistema de proteção social brasileiro, as políticas públicas permanentes. Quanto ao aumento dos benefícios, há um consenso da urgência diante da grave crise social. Mas quais são as consequências de uma decisão governamental de ampliar pontualmente benefícios ao mesmo tempo que desmonta as estruturas?

A operacionalização do Auxílio Emergencial demonstrou absoluto desprezo pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente em relação aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e pela integração dos entes federados com a União. Milhares de pessoas com perfil para acessar o benefício não tiveram seu direito garantido. Foi possível identificar situações dramáticas no âmbito dos municípios, muita desinformação e um contingente enorme de pessoas nas filas da Caixa Econômica Federal em razão das dificuldades óbvias para a realidade brasileira, como o não acesso à internet e smartphones.

O Governo Federal prosseguiu com erros sistemáticos do ponto de vista da governança em políticas públicas, já que extinguiu o Bolsa Família e lançou o Auxílio Brasil, trazendo incertezas, instabilidades, meritocracia, barreiras e alterações desnecessárias em meio à pandemia de Covid-19, contrariando a determinação constitucional de implantação de um programa de renda básica permanente, como disposto no artigo 6° da Constituição Federal de 1988.

> É possível identificar a redução progressiva dos recursos orçamentários

Depois de mais de 20 anos de experiência federativa na gestão do Cadastro Único, do SUAS e dos programas sociais, o Governo Federal promoveu mudanças em gestão que são responsáveis por novas filas, agora nos CRAS em todo o Brasil. É nos municípios que as pessoas e famílias em situação de desemprego, informalidade, pobreza e insegurança alimentar buscam acesso para cadastramento e atualização de informações, com a esperança de receberem os benefícios, como o Auxílio Brasil e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A retirada de recursos do SUAS, assim como da saúde, da educação e da segurança alimentar, penaliza a população em situação de maior vulnerabilidade, que sofre com a desigualdade, e impacta negativamente os municípios que ofertam os serviços integrados aos benefícios. Tais serviços devem ser cofinanciados pela União e estados, de forma regular, por meio de fundos públicos, com critérios técnicos e transparentes e em volume suficiente para atender às demandas por proteção social.

É possível identificar a redução progressiva dos recursos orçamentários para serviços e unidades públicas de assistência social, como os CRAS, ao longo dos exercícios financeiros de 2012 a 2022, com base nos valores aprovados pela Lei Orçamentária Anual. Observa-se que a queda é especialmente acentuada a partir de 2019 e persiste mesmo em anos de crise sanitária e social, em 2020 e 2021. O orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social para o exercício de 2021, destinado ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais, totalizou R$ 2.669.952.606,00, mas teve uma aprovação de apenas R$ 1.107.469.541,00.

No que se refere à execução financeira, os dados indicam uma queda expressiva de repasses federais relativos aos recursos financeiros para manter o SUAS em 2020 e 2021. Essa queda foi devida, em grande parte, à Portaria 2362/19, que resultou em redução nos valores repassados aos municípios e estados. Trata-se de uma variação no repasse de recursos ordinários, entre um exercício e outro.

As organizações, frentes e fóruns do SUAS têm denunciado as consequências da redução de recursos orçamentários e financeiros, especialmente diante dos dados alarmantes de insegurança alimentar grave e de pobreza extrema. Os desmontes e as precarizações possuem relação direta com a programática ultraneoliberal, cujas consequências foram escancaradas na pandemia, impondo-se a necessidade de medidas de curto, médio e longo prazo que resultem num novo padrão de proteção social e em novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil.

Políticas públicas meritocráticas e centralizadas no âmbito federal são típicas da fase pré-Constituição Federal de 1988. É fundamental, portanto, a retomada de políticas permanentes, planejadas e com respostas positivas, inclusive para as situações de choque e de crise, integradas num amplo, universal e democrático sistema de proteção social, que deve, inevitavelmente, ser acompanhado por reformas estruturantes que efetivamente reduzam as desigualdades e promovam condições de vida digna, humanamente diversa e socialmente justa.

Jucimeri Isolda Silveira é professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH) e do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Eleições, um prato cheio para o cibercrime no Brasil

Por Eduardo Linhares

Em 2008, Barack Obama transformou o marketing político usando as redes sociais e aplicativos de mensagem para se comunicar e mobilizar os eleitores sobre sua campanha, atos, pensamentos e planos políticos. Ele tornou-se uma referência em campanhas eleitorais e muitos candidatos começaram a usar as mesmas estratégias adotadas por ele.

As plataformas digitais de comunicação facilitaram a troca de informação, mas também surgiram criminosos que estão mais interessados em desinformar e enganar pessoas para obter algum tipo de ganho ou vantagem, por exemplo.

Com a proximidade das eleições, teremos um cenário onde o fake news deve se intensificar, mas não estaremos expostos apenas a esse tipo de ação, muitos fraudadores vão se aproveitar da situação para aplicar golpes financeiros.

Os assuntos relacionados com as eleições serão a isca perfeita para uma maior propagação dos golpes, com as vítimas compartilhando para sua rede de amigos os links nocivos. O fraudador não só pescará sua vítima, mas também contará com o compartilhamento do golpe em grupos de mensagem. As discussões sobre o futuro político do país serão um prato cheio para ataques de phishing, malware e até ransomware.

> Boletos falsos e transações em Pix também serão tendência de golpes

Além das pessoas serem alvos de phishing, as empresas também estarão expostas, via seus clientes e funcionários, a outros tipos de ataques. Hoje, o Brasil é o quarto maior alvo de ataques de ransomware do mundo. Segundo relatório da SonicWall, houve aproximadamente 33 milhões de ataques no país, o que o coloca na quarta posição entre os países que mais sofrem esse tipo de crime, atrás somente dos EUA, da Alemanha e do Reino Unido.

Com o ransomware, instituições tornam-se reféns de cibercriminosos que não só impactam serviços e transações financeiras, mas deixam também um rastro de dados vazados que abastecem os fraudadores em golpes de engenharia social, de roubo de conta e identidade sintética. Isso pode expor os negócios em uma escala imensa, podendo abalar toda parte financeira, além da reputação da instituição.

Boletos bancários falsos e transações em Pix também serão tendência de golpes, uma vez que serão divulgadas formas de contribuição para campanhas, candidatos e partidos. Com a eleição, haverá um aumento do compartilhamento de conteúdos e por isso é necessário um cuidado redobrado. Quando um eleitor fervoroso recebe uma informação que lhe pareça relevante sobre seu candidato, é necessário verificar a sintaxe da URL, e pensar muito antes de clicar e/ou compartilhar. O usuário deve dar preferências a abrir, ler e acessar conteúdo que seja de fonte conhecida. Todo cuidado é pouco!

Para vencer esse quadro assustador, será importante investir em educação das instituições financeiras e de comércio, cartilhas e campanhas públicas para os clientes se prevenirem e, também, campanhas internas para seus funcionários, abordando os tipos de cibercrime possíveis e ainda somar as mais avançadas soluções de inteligência artificial e machine learning na prevenção das fraudes em toda a jornada do cliente.

Eduardo Linhares é diretor-geral para América Latina da Feedzai.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Rendimento médio per capita em domicílios sem TV é de R$ 830

O rendimento real médio per capita nos domicílios em que havia televisão (R$ 1,45 mil), em 2021 equivalia a quase o dobro desse rendimento nos domicílios sem TV (R$ 830). A informação é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) 2021, divulgada nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De 2019 para 2021, o número de domicílios com TV no país subiu de 68,4 milhões para 69,6 milhões. No entanto, houve uma ligeira queda na proporção de domicílios com TV: de 96,2% para 95,5% do total de domicílios do país. Esse comportamento foi observado em todas as grandes regiões, sendo que a maior redução de percentuais ocorreu no Nordeste: de 94,6% para 93,4%.

Em 2021, 96,2% dos domicílios urbanos e 90,8% dos domicílios rurais tinham TV.

Segundo a pesquisa, em 2021, havia 63,3 milhões de domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, o equivalente a 90,9% dos domicílios com televisão do país. De 2019 para 2021, essa proporção cresceu na área urbana (92,6% para 92,9%) e, com mais intensidade, na rural (71,9% para 76,6%).

De acordo com a Pnad, no recorte de 2021, 27,8% dos domicílios com televisor tinham acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que era de 29,2% em área urbana e de 17,8% em área rural. No Brasil, o percentual de domicílios com televisão por assinatura se reduziu, exceto na área rural, onde este percentual era de 16,4% em 2019.

Nos domicílios sem acesso a serviço de televisão por assinatura, 43,5% não o possuíam por considerá-lo caro e 45,6% por não haver interesse pelo serviço. Aqueles que não tinham o serviço porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam este serviço representavam 8,7%, enquanto os que não o tinham por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somente 1,2%.

Atividade industrial cresce em agosto

Agosto registrou avanço na atividade industrial, com crescimento na produção e no emprego pelo quarto mês consecutivo e a terceira alta mensal na utilização da capacidade instalada. Os resultados da Sondagem Industrial, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também indicam aceleração no ritmo de crescimento do setor em relação a julho.

"Nesse cenário, as expectativas seguem otimistas em setembro de 2022, sendo esperada elevação da demanda, da quantidade exportada, do número de empregados e das comprar de matérias-primas para os próximos meses. A intenção de investir avançou pelo segundo mês consecutivo, alcançando o maior valor para um mês de setembro desde o início da série", disse a entidade, em nota.

O índice de evolução da produção registrou 54,5 pontos em agosto, resultado acima da linha divisória dos 50 pontos, o que significa que a produção aumentou ante o mês de julho. De acordo com a CNI, o índice mostra alta da produção pelo quarto mês consecutivo, com aceleração no ritmo de crescimento em agosto.

"Destaca-se que o valor médio para os meses de agosto é de 52,7 pontos, ou seja, a produção industrial costuma aumentar na passagem de julho para agosto de 2022. Como o índice de agosto de 2022 está um pouco acima da média para o mês, o resultado indica aumento do ritmo de produção acima da média para o mês", explica a CNI.

O emprego industrial apresentou aumento em agosto na comparação com julho. O índice de evolução do número de empregados foi 52,2 pontos, acima da linha divisória de 50 pontos que separa queda de alta do emprego. De acordo com a entidade, o valor médio para os meses de agosto é de 49 pontos, inferior ao valor de 50 pontos, ou seja, habitualmente ocorre queda no emprego na passagem de julho para agosto.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou 2 pontos percentuais entre julho e agosto de 2022, para 73%. Segundo a CNI, além de ser o maior valor observado em 2022, é o valor mais alto para um mês de agosto desde 2013, quando o UCI atingiu 74%.

IGP-10 cai 0,90% em setembro

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) cai 0,90% em setembro. No mês anterior, o índice havia registrado variação de -0,69%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 7,45% no ano e de 8,24% em 12 meses. Em setembro de 2021, o índice caíra 0,37% no mês e acumulava elevação de 26,84% em 12 meses. Os dados foram divulgados pela FGV Ibre, nesta sexta-feira.

"Os combustíveis continuam contribuindo para o arrefecimento das pressões inflacionárias no âmbito do produtor e do consumidor. No IPA, a taxa de variação do Diesel passou de 2,28% para menos 6,70%, sendo a principal influência negativa. No IPC, a taxa de variação da gasolina caiu menos (de menos 16,88% para menos 9,66%), mas manteve-se como maior influência negativa", afirma André Braz, coordenador dos Índices de Preços.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,18% em setembro. No mês anterior, o índice havia registrado taxa de menos 0,65%. Na análise por estágios de processamento, os preços dos bens finais variaram de menos 0,27% em agosto para menos 0,52% em setembro. A principal contribuição para este resultado partiu do subgrupo combustíveis para o consumo, cuja taxa passou de menos 3,16% para menos 7,88%. O índice relativo a Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, variou 0,18% em setembro. No mês anterior, a taxa foi de 0,09%.

A taxa do grupo bens intermediários passou de 0,19% em agosto para menos 0,72% em setembro. A principal contribuição para este movimento partiu do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cuja taxa passou de 1,74% para menos 6,94%. O índice de bens intermediários (ex), obtido após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, caiu 0,46% em setembro, ante queda de 0,18% no mês anterior.

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Futuro da Shell é elétrico; e o da Petrobras?

A Shell planeja instalar 10 mil pontos de carregamento de veículos elétricos na Índia até 2030. Isso mesmo, a subsidiária indiana de uma das maiores petroleiras do mundo vai investir pesado na eletrificação. É parte do plano para continuar a ser uma empresa relevante no setor de energia.

A Petrobras também já teve projeto semelhante, de ser uma companhia de energia, não só de petróleo. Esse plano foi jogado no ralo após o golpe que destituiu Dilma Rousseff. De lá para cá, a estatal se concentra em vender patrimônio e extrair o máximo do petróleo encontrado no passado, para distribuir dividendos elevados aos acionistas. Uma receita para matar a empresa no longo prazo.

A Índia, terceira maior economia da Ásia, exige a instalação de 46 mil estações de carregamento de veículos elétricos até 2030. Atualmente, o País conta com 2.826 estações de carregamento público que estão operacionais, o que representa uma estação de carregamento por 135 veículos elétricos.

A Índia estabeleceu uma meta de penetração de vendas de veículos elétricos de 30% dos carros particulares, 70% dos carros comerciais, 40% dos ônibus e 80% dos veículos de duas e três rodas até 2030, o que em termos absolutos representa 80 milhões de veículos elétricos.

Reformar a BR do Mar

Candidato ao Senado pelo PT e atual presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), André Ceciliano se comprometeu a lutar, no Senado, pela revisão das reformas previdenciária e trabalhista e da chamada BR do Mar, lei sancionada por Bolsonaro que desobriga o uso de embarcações nacionais nas navegações que ocorrem entre os portos na costa brasileira (cabotagem).

Rabo abana o cachorro

Quando as pesquisas passam a ser o assunto mais importante no debate eleitoral, é porque a política já foi abandonada.

Rápidas

Nesta segunda, às 19h, a Universidade Veiga de Almeida (UVA) debaterá a importância da ética no mundo dos negócios, com a palestra do advogado Humberto Mota Filho, presidente do Conselho Governança, Compliance e Diversidade da Associação Comercial do Rio (ACRJ) *** Após anúncio de Danielle Bibas como vice-presidente de Marketing, o Grupo Petrópolis contrata Alberto de Souza (ex-Getnet), que assume a vice-presidência Comercial, e Fabio Medeiros (ex-Avon/Natura&Co.) para a área de Supply Chain *** Alan Giuliano Dall Alba Ceppini assume como Head de Planejamento Estratégico da Alpes Mídia *** Neste e no próximo final de semana (16 a 18 e 23 a 25 de setembro), o Bangu Shopping receberá o União de Motos Rio de Janeiro, que reunirá motoclubes de todo o Brasil *** A Escola Mineira de Direito (EMD) realizará, de terça a quinta, o seu 1º Congresso Brasileiro de Advocacia do Agronegócio. Mais informações em bit.ly/3ql48gC *** O Américas Shopping e o West Shopping, ambos no Rio, criaram espaços temáticos para troca de figurinhas do álbum da Copa *** Nesta segunda-feira, às 20h, o IAG – Escola de Negócios PUC-Rio realizará o webinário "Produtos Digitais: como feras do mercado criam cases de sucesso". Inscrições: bit.ly/webinarIAG44y; transmissão em youtube.com/user/IAGPUCRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI - CPL/SEMUS
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 010/SEMUS/2022 **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRONICO **PROCESSO:** 3866/2022 **REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE **REALIZAÇÃO:** 29/09/2022 **HORA:** 15:00 hs **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS DE ACORDO COM A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL - BRASIL SORRIDENTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Japeri, http://siapegov.japeri.rj.gov.br/portal-transparencia/home, ou, ainda, por meio da Comissão Permanente de Licitação/CPL – SEMUS, situada a Estrada Vereador Francisco da Costa Filho nº 1993 – Santa Inês – Engenheiro Pedreira – Japeri – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados. O requerimento será feito mediante preenchimento de formulário próprio da CPL/SEMUS. No ato de requerimento do Edital, os interessados deverão trazer 01 (um) Portador de Mídia, no qual serão gravados o Edital e seus Anexos. Os arquivos serão gravados de forma a permitir somente sua leitura e impressão. Japeri – RJ, 16 de setembro de 2022.

CAÍQUE PEREIRA RIBEIRO
Pregoeiro – CPL/SEMUS

SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - RJ
(SINPROITA) - CNPJ 23.178.519/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por seu representante legal, convoca todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma presencial, na Rua Coronel Pimenta, 40, sala 104, Centro, Itaperuna - RJ no dia 20 de Setembro de 2022, às 10:00 horas em primeira convocação, ou às 10:30 horas com qualquer número em segunda e última convocação, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: 1) Discussão e votação para o Sindicato ser membro fundador e participar da criação ou não da Federação dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - FEPRO-RJ, entidade de grau superior para fins de defesa, organização, coordenação, proteção e representação das entidades a ela filiada, quais sejam, sindicatos que representam os trabalhadores Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, com abrangência estadual e base no Estado do Rio de Janeiro, de conformidade com a base territorial de cada sindicato filiado. 2) Eleição e autorização dos representantes do Sindicato para participar da assembleia de fundação da federação FEPRO-RJ, para discutir, votar e assinar todos os documentos necessários à criação e regularização da Federação, além de votarem e serem votados para os cargos de Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à Confederação da categoria, como titulares ou suplentes. Itaperuna/RJ, 20 de Setembro de 2022

Dalzy Schuab Moulins
Presidente do Sindicato (SINPROITA)

MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Amazônia, retrato do Brasil

O crime e a impunidade se espalham na Amazônia. Vemos isso por meio dos assassinatos de ativistas ambientais e líderes indígenas, pela proliferação do garimpo ilegal e conflitos agrários, pelo tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, pela grilagem de terras e avanço de ocupações em terras indígenas, pelo desmatamento ilegal e ateamento de fogo em áreas de floresta nativa sem o manejo adequado visando formação de pasto e plantio de grãos, pelo corte de árvores para o comércio ilegal de madeira, pela pesca e comércio clandestino de peixes em áreas indígenas e período de defeso, pelo derramamento de agrotóxicos, mercúrio e outras substâncias químicas em córregos e rios contaminando as águas e o ar, enfim tudo ocorre em uma velocidade maior do que a possibilidade de recuperação do meio ambiente e da proteção das vidas daqueles que se doam em proteção da floresta.

Além, as mudanças climáticas em nada favorecem o cenário de degradação da Amazônia. O calor vem aumentando, e a estação seca está cinco semanas mais longa se comparada à de 1979, diz o cientista Carlos Nobre em entrevista ao *Globo*. A contagem regressiva de resiliência da floresta começou, e diz Nobre que "estamos tão próximos do ponto de não retorno, que se não zerarmos logo o desmatamento, não deteremos o processo".

A fim de minimizar esse risco de "savanização" da floresta o renomado cientista criou o projeto do arco da restauração, a ser apresentado na COP27, com o fim de replantar em regiões muito degradadas e desmatadas como no sul da Amazônia. Nobre atesta que o "arco da restauração" pode retirar 1 bilhão de toneladas de gás carbônico da atmosfera estimando que, até 2030, o preço da tonelada pode chegar a US$ 30 no mercado de carbono (*O Globo*, 28/8/2022, pg. 18/19).

Se o século passado foi marcado pelo auge das exportações de commodities como petróleo, minério de ferro e grãos, é necessário urgentemente virar a página para o aproveitamento sustentável das grandes riquezas que hoje ainda possuímos.

O Brasil ainda detém enorme potencial para se destacar no desenvolvimento de produtos e processos inovadores a partir da diversidade genética e bioquímica existente no patrimônio natural. Há um vasto universo de possibilidades de inovações a partir do registro que temos de mais de 200 mil espécies de plantas, animais e microrganismos. Há também amplas possibilidades de desenvolvimento econômico por meio do mercado de carbono e de energias renováveis. Compreender esse novo paradigma econômico do planeta e desenvolver estratégias aptas a utilizar os recursos naturais disponíveis de forma sustentável é um dos caminhos para o Brasil ser um dos líderes da economia mundial.

A 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), a ser realizada em novembro, no Egito, sugere a adoção de metas mais ambiciosas para o cumprimento do Acordo de Paris visando à redução das mudanças climáticas e a estabelecer estratégias para uma nova forma de produção industrial, agrícola e tecnológica, criando novas oportunidades no mercado global. No entanto, o cenário atual do avanço do desmatamento e da degradação ambiental em nossos principais biomas em nada ajuda a darmos esse salto em direção a um futuro mais próspero, pelo contrário, estamos regredindo à medida que nossas matas e biodiversidade se esvaem. O "ponto de não retorno" a que se refere o cientista Carlos Nobre significa não apenas um desastre para a Amazônia, mas sobretudo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Produção de motocicletas cresce 17,9% em agosto

Em agosto, foram produzidas 145,85 mil motocicletas no Polo Industrial de Manaus, mostra levantamento da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). O volume é 17,9% maior do que o registrado no mesmo mês do ano passado, quando foram produzidas 123,72 mil unidades. Também é 39,2% maior na comparação com julho, que registrou 104,77 mil unidades.

Segundo a associação, este é o melhor resultado para agosto desde 2013, quando foram entregues 157,85 mil motocicletas.

O presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, avalia que essa produção deve se refletir nas vendas no varejo em setembro.

No acumulado do ano, saíram da linha de montagem 921,92 mil unidades, o que corresponde a uma alta de 17% na comparação com o mesmo período de 2021. A entidade aponta que é o melhor número desde 2014, quando a soma do mesmo período ultrapassou 1 milhão.

Para o ano, a projeção da Abraciclo é produzir 1,32 milhão de motocicletas, uma alta de 10,5% no comparativo com o ano anterior.

Em relação às vendas no varejo, foram emplacadas 118,54 mil unidades, que representa uma alta de 15,7% na comparação com o mesmo mês de 2021 (102,46 mil unidades). Na comparação com o mês anterior, a alta é de 10,3%, quando foram emplacadas pouco mais de 107,4 mil motocicletas. O modelo mais comprado foi o Street, com 57,79 mil motocicletas e 48,8% de participação no mercado. Em seguida, estão o modelo Trail, com 22,63 mil unidades, e a Motoneta, com 17,84 mil.

O Sudeste foi a região que mais emplacou veículos, com 45,94 mil motocicletas, o que equivale a 38,8% do mercado. Em segundo está o Nordeste, com 34,4 mil unidades e 29% do mercado. Em seguida está o Norte (15,26 mil), Centro-Oeste (11,51 mil) e Sul (11,41mil).

No acumulado do ano, as três primeiras posições se mantêm: Sudeste (334,86 mil), Nordeste (254,9 mil) e Norte (105,43 mil). O Sul ocupa a quarta posição, com 85,24 mil motocicletas, e o Centro-Oeste na quinta, com 82,16 mil unidades.

Faturamento do turismo brasileiro cresce 32% em julho

Tomaz Silva/ABr

O turismo brasileiro faturou R$ 18,3 bilhões em julho, informou nesta última sexta-feira o Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Segundo a federação, isso significou crescimento de 32,1% em relação ao mesmo período do ano passado e o resultado foi impulsionado pelas férias escolares.

Em comparação a julho de 2019, antes da pandemia de Covid-19, o faturamento foi 2% inferior.

O segmento que mais contribuiu para a alta do turismo no mês de julho foi o do transporte aéreo, que cresceu 86,8% no comparativo anual, seguido pelos serviços de alojamento e alimentação (22%) e pelas atividades culturais, recreativas e esportivas (18,8%).

Em valores absolutos, o setor de transporte aéreo contribuiu com R$ 6,2 bilhões desse total de faturamento do setor. Já os serviços de alojamento e alimentação faturaram R$ 5,2 bilhões. O setor de transporte terrestre, composto por ônibus intermunicipal, interestadual e internacional, além de trens turísticos, somou R$ 2,9 bilhões.

Em seguida apareceram os segmentos de locação de veículos, agências e operadoras de turismo (faturamento de R$ 2,7 bilhões em julho); de atividades culturais, recreativas e esportivas (R$ 1,27 bilhão); e de transporte aquaviário (R$ 49 milhões).

IPC-S: inflação sobe 0,09% na 2ª quadrissemana de setembro

Nesta apuração, quatro das oito classes de despesa componentes do índice registraram acréscimo em suas taxas de variação. A maior contribuição para o resultado do IPC-S partiu do grupo educação, leitura e recreação cuja taxa de variação passou de 3,39%, na primeira quadrissemana de setembro de 2022 para 5,48% na segunda quadrissemana de setembro de 2022. Nesta classe de despesa, cabe mencionar o comportamento do item passagem aérea, cujo preço variou 30,04%, ante 18,37% na edição anterior do IPC-S.

Também registraram acréscimo em suas taxas de variação os grupos: habitação (0,05% para 0,16%), transportes (menos 2,86% para menos 2,79%) e comunicação (menos 0,84% para menos 0,66%). Nestas classes de despesa, vale destacar o comportamento dos itens: tarifa de eletricidade residencial (menos 1,74% para menos 1,21%), gasolina (menos 10,03% para menos 9,61%) e tarifa de telefone móvel (menos 1,63% para menos 0,81%).

Em contrapartida, os grupos alimentação (menos 0,04% para menos 0,21%), vestuário (0,67% para 0,52%), saúde e cuidados pessoais (0,85% para 0,76%) e despesas diversas (0,26% para 0,14%) apresentaram recuo em suas taxas de variação. Nestas classes de despesa, vale citar os itens: laticínios (0,10% para menos 2,47%), roupas masculinas (0,67% para 0,04%), artigos de higiene e cuidado pessoal (1,76% para 1,47%) e cigarros (1,66% para 1,19%).

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PORTUGUESA
ATA

Em 09 (nove) de Setembro de 2022, o Presidente da Assembléia Geral Pedro Carlos de Oliveira reuniu os Presidentes dos Poderes da Associação Atlética Portuguesa, formando assim a Junta Deliberativa, em cumprimento ao Artigo 26 do Estatuto Social do clube, para o fim especial de promover a revisão e apurar o número total de associados elegíveis, de todas as categorias na Eleição que trata o Artigo 24, inicialmente marcada para o dia 09 de Novembro de 2022, (Quarta-feira), onde será escolhido o Presidente e Vice-Presidente da Assembléia Geral, Artigo 30 e o novo Conselho Deliberativo que será composto por 100 (Cem) Efetivos e 20 (Vinte) Suplentes, conforme o Artigo 30 Parágrafo 1 º, incluindo os Conselheiros Natos, Artigo 25, parágrafo 1 º, letra A, que elegerá a nova Diretoria da Associação Atlética Portuguesa para o Triênio 2023/2025.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2022

Pedro Carlos de Oliveira - Presidente da Assembléia Geral; Gilberto Souza Gomes - Presidente do Conselho Deliberativo; Marcelo Barros Gonçalves - Presidente Administrativo;
Justino Ferreira Fernandes - Presidente do Conselho Fiscal; Ronaldo Lucas Vencionek -
Presidente do Conselho de Beneméritos

APURAÇÃO DOS SÓCIOS

Em 09 de Setembro de 2022, a Junta Deliberativa em cumprimento ao que determina o Art. 26 do Estatuto Social da Associação Atlética Portuguesa apurou, como determina o Art. 24 caput, que o número total dos sócios elegíveis existentes até o dia anterior da reunião é de: Fundadores- O; Grandes Beneméritos- 07; Beneméritos- 85; Grande Benfeitores- 15; Benfeitores- 20; Proprietários- 11.840; Remidos- 1.611; Patrimoniais- 5 .400; Gerais- O

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44

Aviso de Leilão - Edital nº 002/2022. Data: 29/09/2022, às 13h. **Local:** Estrada do Mendanha, nº 4482, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Objeto:** Equipamentos industriais e bens diversos. **Geilson Almeida, Leiloeiro, matrícula 287 da JUCERJA, torna público que realizará, na data, horário e local acima, Leilão de equipamentos industriais e bens diversos autorizado pela empresa L & H Prensagem** que se encontram na sede da empresa no local acima mencionado. A visitação ocorrerá nos dias 27 e 28/09 das 9h às 15h e no dia 29 das 9h às 12h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br** que disponibilizará as fotos dos bens para eventual consulta.

Fusões e aquisições no setor de serviços financeiros caem 34% no semestre

A indústria de serviços financeiros, que engloba o setor de seguros, imobiliário e bancário, encerrou o primeiro semestre deste ano com 85 operações de fusões e aquisições em todo o país. Esse desempenho é 34% inferior ao registrado no mesmo período de 2021, quando foram concluídas 129 transações. Os dados são de uma pesquisa realizada trimestralmente pela KPMG com 43 setores da economia brasileira.

De acordo com o relatório, as instituições financeiras registraram 55 negociações entre janeiro e junho passado. Na sequência, aparecem as organizações do mercado imobiliário, com 16 operações, e as seguradoras, com 14. Com relação ao tipo de transação, do total realizado nos seis primeiros meses deste ano, a maioria (63) envolveu empresas domésticas. Outras quinze operações foram realizadas no formato CB1, quando uma companhia estrangeira adquire capital no Brasil, e mais sete como CB4, modalidade em que uma empresa estrangeira adquire, também de estrangeiros, uma organização estabelecida no Brasil.

"Este movimento, com menores quantidades de negócios, é resultante de uma combinação de fatores econômicos, como o aumento das taxas de juros e da inadimplência, com aspectos regulatórios, da dinâmica do mercado e algumas incertezas, que fizeram com que muitas instituições, incluindo os novos entrantes, revisitarem seus modelos de negócios, e neste sentido é natural que haja mais cautela na atividade de negócios e uma consequente redução no fluxo de investimentos", analisa o sócio-líder em serviços financeiros da KPMG no Brasil, Cláudio Sertório.

Três perguntas: questões sobre as law techs contra companhias aéreas

Por Jorge Priori

Conversamos com Leo Rosenbaum, advogado especialista em direito do passageiro aéreo e sócio do Rosenbaum Advogados Associados, sobre a proliferação de plataformas que ingressam com ações judiciais contra as companhias aéreas.

Recentemente, a justiça brasileira determinou a suspensão de 37 desses sites, que prestavam serviços a consumidores do setor aéreo, devido ao exercício irregular da advocacia.

Como você tem visto a proliferação de plataformas que prestam serviços jurídicos para consumidores do setor aéreo?

Essas plataformas são uma consequência natural da tecnologia e da digitalização dos processos. A questão é que, no Brasil, nós temos a lei que estabelece o estatuto dos advogados e que dispõe que o levantamento de questões na esfera judicial é uma atividade privativa dos advogados.

Apesar de ser discutível até que ponto essa lei tem flexibilidade ou não, seu intuito é justamente garantir a atividade do advogado e proteger o cidadão de eventuais abusos e prejuízos que empresas ou pessoas, que não tenham a qualificação de um advogado e que podem estar prestando esse tipo de serviço sem estarem sujeitas a fiscalização de qualquer entidade, possam trazer ao consumidor.

Trata-se de uma zona cinzenta onde os consumidores acabam caindo, já que nessas plataformas não se sabe quem são os profissionais que estão por detrás delas e o advogado responsável. Como é necessário o registro na OAB para que se possa exercer a atividade jurídica, cada plataforma teria que ser uma sociedade de advogados ou ter um advogado com a OAB divulgada que se declara-se responsável por todos os casos administrados por ela.

Quais são as consequências que podem haver quando uma pessoa contrata esse tipo de plataforma para judicializar uma ação contra uma companhia aérea?

Por mais que algumas dessas plataformas já tenham um nome mais forte, elas operam sem fiscalização e sem um advogado que se responsabilize pelos seus casos. Eventualmente, o consumidor não tem a garantia de que vai receber o dinheiro do processo, já que ele não sabe quem é o advogado responsável por ele. Como isso não é feito de forma transparente, os consumidores acabam assumindo um risco quando contratam esse tipo de serviço.

Algumas dessas plataformas acionam as companhias aéreas através do juizado especial (pequenas causas). Nesse caso, se o consumidor perder o processo, ele não terá custos, mas quando ocorre um recurso, mesmo que seja no juizado especial, os juízes têm colocado a sucumbência, ou seja, o consumidor que perdeu a ação terá que pagar os honorários do advogado da companhia aérea.

Como essas plataformas não têm fiscalização, elas não têm que, necessariamente, fornecer os dados do processo ao consumidor. Os processos são ingressados com advogados que firmam contratos com a plataforma, e não com os consumidores, havendo uma zona cinzenta para obtenção dessas informações.

Além disso, há uma tendência dos juízes dificultarem as ações contra as companhias aéreas devido a sua proliferação. Eles não têm mais paciência para ler tantos processos, muitos deles sem critério. Existem processos que foram ingressados onde o consumidor não tem direito, mas é para fazer a máquina rodar e ver no que vai dar. Devido a tanta coisa sem sentido, isso acabou avacalhando o julgamento desse tipo de ação em decorrência do trabalho gigantesco que foi gerado.

Divulgação

As companhias aéreas, que precisam contratar um monte de advogados para se defenderem, acabaram sendo prejudicadas. A aviação comercial já não é tão lucrativa, o que foi agravado pela pandemia, e ainda aparece um monte de plataforma abutre para tirar dinheiro delas de uma maneira que não possui autorização legal. Trata-se de uma situação bem delicada.

Por mais que se levante uma série de questões com relação a essas plataformas, elas são uma consequência da forma como as companhias aéreas tratam seus clientes. Na sua opinião, as companhias áreas não deveriam mudar as suas posturas?

Essa é uma pergunta de difícil resposta. Se eu não me engano, só no Brasil são mais de 6 milhões de passageiros que são afetados por esse tipo de situação. É inevitável que haja cancelamento de voos, problemas mecânicos nos aviões e uma série de outras questões, já que o volume de passageiros é contado na escala de milhões.*

Assim, entre milhares de voos com centenas de passageiros em cada um deles, o volume de casos que acontecem é muito grande. De fato, os passageiros que são prejudicados têm direito por lei a reivindicar os seus direitos, sendo que as companhias precisam ter uma operação ótima para evitar o mínimo de consequências prejudiciais aos passageiros.

O que eu tenho notado desde 2017, quando começou a crescer o número dessas ações, é que as companhias aéreas passaram a se preocupar, cada vez mais, em dar um melhor atendimento aos seus passageiros. Se por um lado, essas ações estão ajudando as companhias aéreas a se preocuparem em não prejudicar os passageiros, por outro, como o volume é muito grande, é difícil você generalizar e dizer que elas não estão evoluindo por conta dessa questão ou estão desconsiderando os direitos dos passageiros de uma maneira geral.

Por mais que cada companhia aja de uma forma e que cada aeroporto seja uma história, no geral, eu vejo tudo isso como positivo. Há um amadurecimento do sistema judicial brasileiro, inclusive com relação aos direitos do passageiro aéreo. As companhias aéreas e o judiciário tiveram que passar por esse processo para se moldarem à nova realidade.

** Segundo a Anac, em 2021 foram transportadas 67,2 milhões de pessoas (62,5 milhões em rotas nacionais e 4,7 milhões em rotas internacionais). Neste ano, até julho, já foram transportadas 53,8 milhões de pessoas (45,7 milhões em rotas nacionais e 8,1 milhões em rotas internacionais).*

TRADEX CONSULTORIA, PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.
CNPJ/ME N° 33.132.234/0001-41 - NIRE N°3320025518-2
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

1. Em 12 de agosto de 2022, às 11:00 horas, na sede social da **TRADEX CONSULTORIA, PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA.,** com sede na Rua Gonçalves Dias, n° 67, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20050-30, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 33.132.234/0001-41 ("Sociedade"). **2. Presença e Convocação.** Convocação dispensada nos termos do artigo 1.072, §2° da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"), em virtude da presença de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. **3. Mesa:** Presidente: Eduardo Stivelman. Secretário: Jacques Cláudio Stivelman. **4. Deliberações**: deliberar acerca do seguinte item da Ordem do Dia, nos seguintes termos: **4.1. REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL. 4.1.1.** Nesta data, os sócios aprovam, por unanimidade, observadas as disposições constantes do art. 1.084 do Código Civil, a redução do capital social da Sociedade em R$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), com a redução de 7.767,441 (sete mil, setecentos e sessenta e sete inteiros e quatrocentos e quarenta e um milésimos) quotas com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, por se encontrar excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. **4.1.2.** Em razão da deliberação tomada acima, o capital social da Sociedade deixará de ser de R$91.000.000,00 (noventa e um milhões de reais), dividido em 99.767,441 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta e sete inteiros e quatrocentos e quarenta e um milésimos) quotas, totalmente integralizadas, para ser de R$69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais), dividido em 92.000 (noventa e duas mil) quotas. **4.1.3.** Conforme previsto no art. 1.084 do Código Civil, a redução do capital social ora aprovada será realizada mediante a restituição de parte do valor das quotas aos sócios da Sociedade, na proporção das suas respectivas participações no capital social da Sociedade. **4.1.4.** A eficácia da redução de capital ora aprovada estará condicionada à observância do disposto no artigo 1.084, parágrafos Iº e 2º do Código Civil, sendo que este instrumento deverá ser devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro após se tornar eficaz, nos termos artigo 1.084, parágrafo 3º do Código Civil. **4.1.5.** Em razão das deliberações tomadas acima, e observado o disposto no Item 4.1.4, os sócios procederão à alteração da Cláusula Segunda do Contrato Social da Sociedade, de modo a refletir o novo capital social da Sociedade. **5. Encerramento:** Sem mais o que deliberar, o Sr. Presidente determinou o encerramento da Reunião de Sócios da Sociedade e determinou a mim, Secretário da Mesa, que lavrasse a presente Ata em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Autenticação da Mesa: **EDUARDO STIVELMAN** - Presidente. **JAQUES CLAUDIO STIVELMAN** - Secretário. Sócios: **EDUARDO STIVELMAN; JACQUES CLAUDIO STIVELMAN.**

ECONIT AMBIENTAL S/A
CNPJ nº 13.091.720/0001-51 - NIRE 3330029654-9
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1) LOCAL, DIA E HORA: Sede da Econit Ambiental S/A ("Companhia"), na Rodovia Amaral Peixoto, nº 4.500 (parte), Baldeador, Niterói/RJ, CEP: 24.140-005, no dia 22 de julho de 2022, às 09:00 horas. **2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença das acionistas que representam a totalidade do capital social, na forma do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"). **3) MESA:** Presidente: Hudson Bonno e Secretário: Ricardo Mota de Farias. **4) ORDEM DO DIA:** Eleição dos membros do Conselho de Administração. **5) DELIBERAÇÕES:** À unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Considerando que o atual mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia se encerrará no dia 27/07/2022, as acionistas deliberam por eleger os membros abaixo qualificados, para um mandato de 01 (um) ano, a contar de 28/07/2022, sem remuneração, sendo os Srs. **ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON** e **HUDSON BONNO** nomeados Presidente e Vice-Presidente do Conselho, respectivamente: i) Conselheiro Presidente: **ANTONIO CARLOS FERRARI SALMERON**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CREA/SP sob o nº 5.060.285.469 e no CPF/ME sob o nº 165.814.068-05, com endereço profissional na Rua Santa Luzia, n° 651, 20º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041; ii) Conselheiro Vice-Presidente: **HUDSON BONNO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1005388 – SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 016.977.717-00, com endereço profissional na Rua Santa Luzia, n° 651, 20º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.030-041; iii) Conselheiro: **PAULO ROBERTO DE SOUZA BRITO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 80.990.451-9 – DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 485.324.447-68, com endereço profissional na Rodovia Amaral Peixoto, nº 4.500 (parte), Baldeador, Niterói/RJ, CEP: 24.140-005; iv) Conselheiro: **DIEGO ANTUNES BRITO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 123662983 – IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 083.196.627-02, com endereço profissional na Rodovia Amaral Peixoto, nº 4.500 (parte), Baldeador, Niterói/RJ, CEP: 24.140-005; e v) Conselheiro: **SCHULIM BERGER**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 6.490 – CORECON/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 264.235.967-00, com endereço na Rua Cinco de Julho, nº 108/1.301, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.051-030. b) Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante a lavratura e assinatura de termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, e declaram que atendem aos requisitos do artigo 147 da Lei das S.A., isto é, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou condenação criminal por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou por pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **6) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas. **7) ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Hudson Bonno; Secretário: Ricardo Mota de Farias. Acionistas presentes: VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A., por seus Diretores, Hudson Bonno e Ricardo Mota de Farias; SCLEL - SOCIEDADE COMERCIAL DE COLETA DE LIXO E EQUIPAMENTOS LTDA., por seu Diretor, Diego Antunes Brito; e LIMPATECH SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., por seu Diretor Walter Guimarães de Moraes Júnior. *"Confere com o original lavrado no livro próprio."* **Ricardo Mota de Farias -** Secretário da Mesa. **Certidão -** Jucerja - Registrada sob o nº 00005089157 em 14/09/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário-Geral.

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL
Edital de 1º, 2º Leilão e Intimação – Presencial e Eletrônico, com o prazo de 05(cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial – CPC – Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício, proposta pelo CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CAVANELAS em face de MARIA ELIANE MILERIO CITO – CPF nº 070.181.387-36 - Processo nº 0238487-86.2019.8.19.0001, na forma abaixo: A Dra. ANA LUCIA VIEIRA DO CARMO, Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER por este Edital, a todos os interessados, especialmente a Executada e seu cônjuge, se casada for, que no dia 03/10/2022, às 14:00 hs, no Átrio do Fórum, à Av. Erasmo Braga, nº 115, 5º Andar (hall dos elevadores da Lâmina Central), Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões: www.wmsleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público WILKERSON MACHADO DOS SANTOS, mat. nº 151 JUCERJA, conforme art. 879, inciso II do CPC, será vendido por meio do leilão híbrido, acima da avaliação, ou no dia 06/10/2022, no mesmo horário, local e site acima mencionados, pela melhor oferta, na forma do art. 891 § único do CPC e, art. 843, §§1º e 2º do CPC (se houver coproprietário), os direitos aquisitivos do imóvel registrado no 10º RGI (Livro 3-AL, fls. 96, nº 33413), matrícula nº 64.999, descrito e avaliado às fls. 250 como Apartamento 301, situado na Rua Paula Brito nº 691, Andaraí, Rio de Janeiro, e a fração ideal de 0,0530 do respectivo terreno, inscrição municipal nº 0.708.775-2 e CL. 07878-2, no valor atualizado de R$ 204.282,38. Constam débitos de taxas de incêndio no valor de R$ 218,60 e de condomínio no valor de R$ 47.200,82. Ciente o arrematante, que deverá comprovar o pagamento da taxa de incêndio para ser reembolsado. A venda será livre e desembaraçada, Art. 908, § 1º, CPC e Art. 130, § único, CTN. Condições Gerais da Alienação: Os horários considerados são de Brasília / DF; para participar do leilão de forma eletrônica, os interessados deverão previamente efetuar o seu cadastro no site do Leiloeiro; pagamento à vista conforme art. 892 do CPC, acrescido de 5% ao Leiloeiro e custas de cartório de 1% até o máximo permitido; caso haja proposta por escrito, art. 895, I e II do CPC, será permitido sinal de 50% e o restante em 03 parcelas iguais, mensais e sucessivas, em 30, 60 e 90 dias do leilão; o atraso no pagamento das parcelas, incidirá multa de 10% sobre a soma da parcela inadimplida e as parcelas vincendas, art. 895, §4º do CPC, podendo incorrer o desfazimento da arrematação com a perda da caução, art. 897; a oferta à vista prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, art. 895, §7º do CPC; a preferência na arrematação, observar-se-á o artigo 892, §§ 2º e 3º, do CPC. E, para conhecimento de todos foi expedido este edital, que foi publicado na íntegra no site do Leiloeiro: www.wmsleiloes.com.br, art. 887, §§ 2º e 3º, do CPC, e afixado no local de costume na sede do Juízo e nos autos, ficando a Executada ciente dos leilões designados, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do CPC. Dado e passado nesta cidade, em 17/08/2022. Eu, Solange dos Santos Garcia, Matr. 01-24156, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dra. ANA LUCIA VIEIRA DO CARMO - Juíza de Direito.

Inteligência artificial, biometria facial e 5G juntos, serão uma tendência

Por Regina Teixeira, especial para o Monitor

A biometria facial funciona através do reconhecimento de características físicas humanas que são coletadas através de imagens ou vídeos capturados e que ficam armazenados em um banco de dados. A tecnologia é usada, por exemplo, como solução para aumentar a proteção ao consumidor nas operações com bancos digitais e em muitas outras aplicações.

"Os pagamentos digitais estão ultrapassando modalidades até então, tradicionais", observa Flávio Silami, head da área de pagamentos da Unike.PAY, startup paulistana especializada em biometria facial. O executivo é formado em engenharia industrial pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas. Antes da Unike, cargo assumido este ano, ele atuou durante os últimos três anos no Banco Safra, mais recentemente como superintendente de prevenção de fraudes em cartões.

Em mais de 20 anos de carreira, tem passagens por empresas como Serasa e Mercado Livre, onde foi gestor e adquiriu experiência nas indústrias de cartões de crédito e pagamentos eletrônicos. Ele afirma que a biometria facial cria uma nova experiência de pagamento. Silami acredita que a inteligência artificial, biometria facial e o 5G, juntos, serão uma tendência nos próximos 2 a 5 anos.

O crescimento das plataformas digitais é uma realidade. O Apple Pay, sistema de pagamento e carteira digital da Apple, superou o Mastercard, e o Alipay, no montante das transações anuais. O número de processamentos chegou recentemente a mais de U$ 6 trilhões, se colocando no retrovisor do Visa, que está na primeira posição. No ano passado, 92% de todas as transações de débito com cartão digital eram da Apple. Os dados foram divulgados em uma pesquisa do Statista

Descentralização do segmento de capitais para continuar crescendo 19,5% ao ano

Oliveira Trust debate de tendências no Uqbar Daydo

A Oliveira Trust (OT), plataforma financeira digital referência em soluções para administração de fundos e serviços fiduciários no Brasil, é a patrocinadora platinum da 3ª edição do Uqbar Day 2022, conhecido como o principal evento promovido no Brasil para conectar os mercados de capitais e de crédito. O fórum de discussão virtual gratuito ocorrerá nos dias 20, 21 e 22 de setembro. Está previsto, ainda, um encontro presencial para convidados, no dia 29 deste mês, em São Paulo.

Essa é a 2ª vez que a Oliveira Trust patrocina o evento, e a participação reforça o compromisso da companhia em contribuir com debates relevantes, trazendo informações essenciais sobre as novas tendências do mercado. O tema do painel central a ser realizado no último dia do evento, por exemplo, é "Tokenização aplicada aos serviços financeiros" e será apresentado pelo CEO José Alexandre Freitas ao lado de Daniel Coquieri, CEO da Liqi, startup de tokenização de ativos baseada em blockchain.

Na ocasião, os executivos vão analisar como a descentralização do segmento de capitais, por meio da inovação tecnológica e o apoio de reguladores como a CVM e Banco Central, contribui para fomentar um mercado que deve seguir com crescimento médio anual de 19,5%, passando de US 1,9 bilhão, em 2020, para U$ 4,8 bilhões, em 2025, segundo estimativas da MarketsandMarkets.

Já o estande da empresa promoverá conversas entre os seus gestores e convidados sobre assuntos em alta no mercado, como pautas relacionadas às novas legislações da securitização, CRI de reembolso, oneração de recebíveis de cartão na securitização, fundos de investimento do agronegócio e tecnologia para o mercado de capitais (Novas Legislações de Securitização, Recebíveis de Cartões de Crédito na Securitização, Fiagro e FIDCS – Crédito estruturado para o Agronegócio, Evolução Tecnológica no processamento de direitos creditórios e ESG).